

JOSÉ ARAÚJO



A FRONTEIRA

da
Portela do Homem



A Fronteira
da Portela do Homem

JOSÉ ARAÚJO

A Fronteira
da Portela do Homem

BRAGA
2 0 1 0

Ficha técnica

Título

A FRONTEIRA DA PORTELA DO HOMEM

Autor

JOSÉ ARAÚJO

Edição

DO AUTOR

Depósito Legal

312525/10

Execução Gráfica

**BARBOSA & XAVIER, LDA. - Artes Gráficas
Braga**

Data de publicação

Junho de 2010

Tiragem

500 exemplares

Dedicatória

*À memória de todos aqueles
que lutaram pela abertura
da Fronteira da Portela do Homem*



NOTA PRÉVIA

No nosso País foi difícil, tardio e precipitado o despertar para as questões do ambiente.

E só terá ganho alguma visibilidade com a denominada «campanha do lince da Malcata».

Alvorçada, uma chamada campanha de «ecologistas» correu para o local, espantou ou asfixiou o lince e eliminou daquele espaço mais uma espécie que se pretendeu preservar gastando contas astronómicas por coisa secundária.

Sem grandes causas nem bandeiras, essa «alcateia» de neófitos do ambiente descobriu que se queria criar um Parque Nacional e correu vertiginosamente para ali procurando ocupar o primeiro lugar, não no combate aos incêndios, às infestantes, aos caçadores furtivos, aos predadores dos azevinhos e a outras pragas que urgia eliminar, mas para marcar presença, para bradar mais alto, para ocupar o primeiro lugar na carruagem que poderia conduzir às chancelarias do reino.

E como era mais fácil erguer a voz para «defender o Parque Nacional» de um inimigo imaginário do que curar-lhe as feridas e as maleitas de que já sofria, ou prevenir degradações previstas e valorizar o existente, foi-lhes bem mais fácil inventar um imaginário deprecador que até pretendia a reabertura de uma fronteira por onde iria passar um interminável cortejo de selvagens que iria

delapidar uma riqueza de valor único em todo o mundo como o «lírio de Gerês» e a «reserva biogenética da Albergaria».

Afinal o que pretendia toda aquela «cambada» de ambiciosos que só haviam calçado «sapatos de pelica» e tinham horror a tudo aquilo que era bravo e indomável?

Havia sem dúvida entre estes, para dar credibilidade, pessoas de boa fé mas essas estavam viciadas pelo ar condicionado dos seus gabinetes e, por isso, cedo se sentiram deprimidas.

Para ocupar esse vazio, criaram com toda a urgência, os chamados «Amigos do Parque» que se limitaram a empurrar para a morte o fundador e, já então, tinham distribuído entre eles os lugares que lhes apetecia ocupar.

E havia também uns estouvados candidatos a todas as causas que, estrategicamente, procuravam um «curriculum» que, se possível, lhes permitisse chegar (como chegaram) às alcatifas do poder.

Por coincidência ou não todos convergiam na estratégia, não de valorizar mas apenas defender o Parque Nacional da ameaça de um «anãozinho político» que se atravessou no seu caminho e lhes dificultava a concretização dos seus objectivos e por isso lançaram (e a comunicação social era sua aliada) o dilema de «ou há fronteira ou há Parque Nacional e quem defender a fronteira é, indubitavelmente, contra a existência do Parque Nacional».

E todos os meios serviram para dar corpo a esta ideia que, imagine-se, até convenceu certos governantes.

Com a cumplicidade dos responsáveis do Parque Nacional, chegaram a cortar a estrada de acesso à Portela do Homem e ameaçaram fazer explodir o edifício da alfândega que estava em construção.

No Porto um jornal diário organizou uma autêntica invasão do Parque Nacional para assustar os discordantes dos seus designios.

Enquanto isto, ali ao lado, no coração da «reserva biogenética da Albergaria», estava instalado um parque de campismo selvagem

onde tudo era permitido e as casas florestais eram utilizadas para verdadeiras orgias.

Perante a determinação dos naturais que afirmavam que tudo iriam resolver com uma «caixa de fósforos», o presidente da Câmara Municipal, que era objecto de todos os opróbios por parte dos invasores, colocado entre dois fogos, teve de reagir no limite das suas fragilidades e apelar aos seus conterrâneos para se manterem afastados da contenda.

Perante uma notória cobardia dos governantes e da reiterada cumplicidade da direcção do Parque Nacional, esta difícil situação referente à Fronteira da Portela do Homem acabou por ser resolvida por decisões internacionais.

Ficaram, porém (e agravaram-se), os verdadeiros problemas do Parque Nacional: direcções comprometidas, preconceituosas, túbias e despojadas de meios; incêndios pavorosos que devastaram as mais nobres áreas do Parque Nacional; alastramento acelerado das infestantes; repetição de pragas que eliminaram as referências que certificam a existência do Parque Nacional; o desaparecimento das espécies cinegéticas por falta de vigilância e de condições de sobrevivência e, até, uma invasão de esquilos que devorou os ovos e fez desaparecer as aves.

Hoje o único ruído no silêncio total do Parque Nacional é provocado pelas pinhas ao largar os pinhões e pelas favas das mimosas quando abrem para despegar toneladas de sementes.

A abertura da Fronteira da Portela do Homem, que é servida pelo corredor que atravessa a mata, representa a área menos degradada de todo o Parque Nacional e os meus amigos autarcas portugueses, servidos das fronteiras que desejaram e talvez envergonhados pelos desaires cometidos contra a Portela do Homem, deixaram, finalmente aquela fronteira em paz.

Por fim não posso deixar de manifestar o quanto me decepcionou o facto de os meus colegas autarcas abrangidos pelo Parque Nacional, só tenham desistido das manobras nada dignificantes contra a abertura da Fronteira da Portela do Homem (única existente durante perto de 2 mil anos na área que viria a ser abrangida pelo Parque Nacional), porque lhes terão prometido que, se conseguissem encerrar a Portela do Homem, lhes seria concedida «carta de alforria» para abrirem as fronteiras que desejassem.

Não foram justos ao colaborar numa indignidade.

De lamentar, também, que, enquanto este País se debate com um futuro de mil incertezas, o Governo se disponha a gastar milhões com a reintrodução do lince e alimentá-lo com coelhos de aviário.

Pena é que, pelo menos, não tivesse feito o mesmo com o lobo do Gerês e permitisse que o último exemplar conhecido aparecesse morto junto de um caixote de lixo.

Pena é também que, em vez de programar a improvável salvação do Parque Nacional se disponha a gastar milhões no capricho estúpido das obras megalómicas que se projectam para essa escandalosa mistificação do Foz Coa.

Apetece dizer: pobre País governado por lunáticos, pretensiosos e casmurros.

Porque exerci durante 22 anos as funções de Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro e, durante esse tempo, me foram dadas «honras» (a honra) de ocupar o centro de uma polémica em torno da Fronteira da Portela do Homem, polémica essa que nunca desejei e me angustiou, parece-me ser útil que, decorridos tantos anos e resolvido o problema, diga alguma coisa sobre esses tempos conturbados.

Desde logo, e por me parecer de relevante importância, referir alguma coisa do pouco que se sabe sobre o passado mais longínquo da Fronteira da Portela do Homem. A história é a grande mestra da vida e às vezes, infelizmente, repete-se.

Seja-me pois lícito que, antes de tudo, tente catalogar alguns dos autores desse imenso ruído causado pelo esforço de abertura da Fronteira em que se procurou sufocar uma das grandes aspirações daqueles que tiveram a honra e, às vezes, a desgraça de nascerem e viverem nestas serranias.

É que, entre os adversários da abertura da Fronteira, havia, sem dúvida, gente de boa fé que foi convencida de que, mesmo ali no coração do Parque Nacional e por simples bairrismo, havia um presidente da Câmara Municipal que, contrariando o bom senso, pretendia construir uma fronteira que destruiria, «fatalmente», valores de preservações da natureza e poria em causa a existência de uma Reserva Biogénica.

Havia também muitos outros que, por mero oportunismo e integrados em pretensas associações de ambientalistas (algumas engendradas na hora e para esses fins) e outras organizações congéneres, alardeavam, insistentemente, a sua oposição à abertura da fronteira para obterem a «matriz» de ecologistas e os benefícios que daí se adivinhavam (e hoje pode dizer-se que resultaram). Basta ver onde está hoje essa gente e as posições que desfrutam. Muitos desses opositores circulam agora pelos corredores do poder, a todos os níveis e totalmente indiferentes à agonia do Parque Nacional pelo criminoso abandono e pela asfixia provocada, não pela abertura da Fronteira da Portela do Homem, mas pela descarada falta de interesse e pelo aspecto canceroso que reveste a invasão das infestantes sobre as quais nunca se quiseram manifestar e de muitos outros problemas de que desejam que nem se fale.

Bastará reflectir nos incêndios que, nos últimos tempos, têm devorado trechos e «sítios» históricos por não se honrar a memória do Professor Fernando Real que, quando Ministro do Ambiente, introduziu no Parque Nacional equipamentos capazes de, se utilizados em pleno, evitavam, como evitaram durante anos, esta degradação e abandono que assustam.

Resta apenas uma esperança materializada no facto de, face a um desses incêndios, ainda se ver uma lágrima que se verte dos olhos de alguns, por alguma coisa porque se lutou. Por isso a minha homenagem a um engenheiro de Vieira do Minho que tem estado sempre no lugar certo com empenhamento sincero.

Comecemos pois por uma referência histórica à Fronteira da Portela do Homem.

É, creio eu, de todos sabido que passa por ali uma das Vias Romanas (a Via XXVIII da classificação de Autonini) mais moderna e preservada, via essa que abriu as regiões do interior da Galiza aos interesses que fervilhavam na Bracara Augusta, então capital da Gallaecia.

Essa Via Nova (assim se chamava) permitia uma mais fácil e rápida deslocação das legiões e, simultaneamente, a explorações mineiras (sobretudo do ouro-ourense) e as relações comerciais dos povos da região.

Depois da queda do Império veio a ser um percurso muito utilizado pelos povos que invadiram a Península e, designadamente, pelos Suevos que instalaram o seu reino na Bracara Augusta e pelos Búrios que deram o nome a esta região (Terras de Bouro ou de Búrios).

Mas, o momento em que adquiriu maior protagonismo terá acontecido, três séculos depois, quando *Portucale* (o verdadeiro embrião de Portugal que se estendia do Douro ao Lima e contrafortes da Portela do Homem) foi governado pela geração de Vimara Peres-Mumadona e que formaram a muito pouco estudada *Monarquia Provincial de Condados*.

Tratava-se de uma divisão do território de *Portucale* em 12 condados sendo que o undécimo começava, significativamente, na Portela do Homem e se estendia pelas cumeadas da Serra do Gerês até Ruivães e dali, pela cumeada da Cabreira, até à nascente de Vizela e mosteiro de S. Clemente (abrangendo, naturalmente, o vale do Homem).

Portucale e outros condados da Galiza eram espaços onde, naquela altura e segundo o historiador José Mattoso, os condes (ou dux) estavam habituados a «*tomar as armas nas mãos por sua conta e risco*». Não eram gente dócil e muito menos, timorata ou subserviente.

Assim aconteceu quando o conde Nuno Mendes assumiu os destinos de *Portucale* e dos seus doze condados que, já então, constituíam verdadeiros alfores de organizações independentes.

O conde Nuno Mendes entendeu chegado o momento de «*tomar as armas nas mãos e, por sua conta e risco*», revoltou-se contra o rei

Garcia da Galiza e veio a perder a batalha e a vida, em Pedroso, ali nas cercanias de Braga, junto a Tibães.

Claro está que essa «*dinastia dos condados*», como organização, acabou ali.

O conde Nuno Mendes foi o último descendente de Mumadona e toda essa plêiade de uma nova geração dum certo estilo de nobreza, foi despojada de todos os poderes, honras e haveres, sendo transformada numa espécie de párias cujos mais pequenos gestos eram controlados e reprimidos.

A ideia da independência, porém, sobreviveu.

Nas grandes transformações ocorridas, o undécimo condado (ou *comitatus*) viria a dar origem ao Grande Julgado Búrio (que abrangia todo o vale do Baixo Cávado e o Vale do Homem, até Prado) que, sem perdas de tempo, sem deslizos, e sobretudo, sem alardes, começou a preparar o futuro de Portugal que germinava.

Seguiu-se uma nova geração de governantes com novas formas de governar e reduzidos poderes.

Portucale transformou-se no Condado Portucalense alastrando até Coimbra.

Surgiu o conde D. Henrique, casado com D. Teresa, como «donatário» do condado.

A não identificação do conde D. Henrique com a realidade (e intriga) do Condado Portucalense e com as rivalidades com D. Urraca, provocaram o seu alheamento e afastamento por longos períodos.

A promiscuidade dos condes de Trava e as tropelias provocadas pela ambição desmedida de D. Gelmires, bispo de Compostela, são um estímulo à arraia miúda em que se haviam transformado os seguidores do conde Nuno Mendes.

É nesse ambiente que, tendo por base o Castelo de Bouro, erguido (em madeira) nos montes de Covide (hoje monte do

Castelo), os povos que constituíam o Grande Julgado Búrio (já com 70 freguesias – a norte do Douro só Guimarães o ultrapassava) erigiram, com objectivos bem definidos, as trincheiras de Torneiros, Portela do Homem, Leonte, Palheiros, Mem Pereira e Guarda do Campo.

D. Teresa ainda continuava a articular, parcialmente, a sua acção com o jovem Afonso Henriques.

Surgiu, porém, um quase completo rompimento e, segundo texto referido, recentemente, por Hermano Saraiva, terá sido descoberto num convento de Espanha um documento em que é nítida a ideia de que D. Afonso Henriques, neste afastamento, não se aproximou da velha nobreza. Antes terá sido rodeado e, indefectivamente, apoiado pelos outrora seguidores do conde Nuno Mendes, por esses párias e pela arraia miúda que fizeram dele um rei e do Condado um país: Portugal.

Sabe-se que os povos do Julgado Búrio, onde não terá havido pinta de sangue azul, estiveram sempre ao lado de D. Afonso Henriques e há referências à acção muito específica deles em Valdevez e noutras batalhas.

Claro que, reconhecida a independência a Portugal e «abençoada» pelo Papa, D. Afonso Henriques reiniciou a sua caminhada para o Sul e, nessa expansão de Portugal, os seus companheiros de armas, a tal arraia miúda, viria, com as cicatrizes dos ferimentos em combate, a reclamar títulos, honrarias e riqueza, mas essa era já uma segunda fase da História de Portugal independente.

Mas foi por esse passado que, já há muitos anos, na inauguração do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna foi afirmado que, não disputando a Guimarães a glória de ter sido o berço da Pátria, verdadeiramente, foi nas serranias agrestes do Gerês que Portugal foi gerado.

Aconteceu depois, com as Inquisições de 1220 e 1258 o desmembramento do Julgado Búrio que deu origem aos concelhos de Larim, Vila Chã, Pico dos Regalados e Entre Homem e Cávado (Amares).

Ocorreu mais tarde a Guerra da Restauração e, para garantir a inviolabilidade da Portela do Homem (desde os primórdios da nacionalidade os terrabourenses tinham sido, dia e noite, os seus guardiões), a Câmara Municipal de Terras de Bouro teve de destruir as 3 pontes cujos os vestígios ainda se podem ver nas proximidades da fronteira.

Séculos mais tarde, em 1828, foram acolhidas na Portela do Homem as tropas liberais comandadas pelo Marquês de Sá da Bandeira pelo que aquela fronteira passou a figurar na lista negra dos absolutistas e, recentemente, na lista negra dos ecologistas (assim chamados) e outros.

Quando da implantação da República, em 1910, o movimento de Paiva Couceiro (em 1911), traído em Bragança, combatido em Vinhais (não fosse dali o Buíça filho do P.^e Abílio, que matou, traiçoeiramente, D. Carlos e o príncipe Filipe) seguiu a linha da fronteira e instalou-se, com as suas tropas, perto da fronteira da Portela do Homem, na Vila Araújo, cercanias de Lóbios.

Receando a simpatia de Terras de Bouro pelo movimento de Paiva Couceiro, os republicanos fizeram deslocar para ali vários contingentes de tropas excessivamente mal formadas.

Um desses contingentes, comandado por um dos irmãos Roby, de Braga, instalou-se no palacete dos florestais no Gerês, onde acorreram os servidores de todos os regimes em número moderado porque, de uma maneira geral, não pertenciam à região. Os terrabourenses são o que são e têm o direito de ser o que querem.

O que é certo é que a fronteira da Portela do Homem passou a figurar na lista negra (desta vez) dos republicanos.

Com a revolução de 1926, passou a fronteira da Portela do Homem a constituir, até ao fim da Guerra Civil Espanhola, uma zona tampão de estratégia militar.

Talvez como reforço, foram instalados em todos os lugarejos próximos da fronteira da Portela do Homem, postos da Guarda Fiscal para impedir o simples contrabando de uma giga de ovos. O contrabando, o verdadeiro contrabando, era feito, à luz do dia, noutras fronteiras e com a conivência dos serviços oficiais. Era a hipocrisia do costume já para não falar dos armazéns das cidades próximas onde se acoitavam e abasteciam os camiões mistério que, pela calada da noite, levavam para Espanha aquilo de que necessitávamos.

A partir de 1950, a situação passou a ser encarada de forma diferente e as diligências para a abertura da fronteira da Portela do Homem ganham outra dimensão.

Os municípios de um e outro lado da fronteira, os Governadores Cívicos e a própria Assembleia Nacional insistiram, veementemente, para que tal acontecesse.

Curiosa e sintomaticamente, o Plano Rodoviário em vigor, em 1944, previa a abertura da Estrada Internacional que partindo da sede do concelho, atingia Covide, passava por S. João do Campo, pela Bouça da Mó, pela Albergaria (pela estrada aberta pelos florestais sobre a Via Romana) e atingia a Portela do Homem entroncando na velha estrada do Gerês.

A partir de 1944, houve uma alteração no Plano Rodoviário Nacional e o acesso à fronteira da Portela do Homem passava a fazer-se de Covide, pelo Chão de Lamas, pela Junceda até à Portela de Leonte onde ligava com a estrada que liga o Gerês à Portela do Homem.

Porém, em 1958, foi solicitada, mesmo a nível e com insistência da Assembleia Nacional de então, uma alteração ao Plano Rodoviário que retomava a proposta em vigor até 1944, ou seja, de Covide, pelo Campo, Bouça da Mó, Albergaria, Portela do Homem.

Aquando da criação do Parque Nacional e da barragem de Vilarinho da Furna, surgiu uma nova proposta através da qual a estrada da fronteira da Portela do Homem, para todo o tipo de tráfego, partia do coroamento da barragem pela margem direita do rio Homem até à fronteira.

Sobre esse traçado, o fundador do Parque Nacional, Eng. Lagrifa Mendes terá manifestado a sua concordância e afirmado que «*assim se resolvia um problema sem prejuízo para ninguém*».

É do seguinte teor a posição escrita do Eng. Lagrifa Mendes:

Estrada Nacional n.º 304 a Portela do Homem (Fronteira)

«O acesso à fronteira com Espanha a partir de Braga, de forma a facilitar o encaminhamento para França, tem-se efectuado até hoje pelas vias mais longas (fronteiras de Valença, Chaves ou Quintanilha) devido à dificuldade de utilização da fronteira da Portela do Homem pela E.N. n.º 308-1, que não corresponde às exigências de um tráfego turístico internacional, já pelo traçado, pelo perfil transversal e pelo acidentado dos terrenos em que está implantada.

Impõe-se agora, com a criação do Parque Nacional do Gerês, a necessidade de cuidar da sua defesa e dos acessos mais convenientes e mais compatíveis com todo o dispositivo turístico que servem.

Entretanto, por imperativo das grandes obras de aproveitamento hidroeléctrico de Vilarinho da Furna, a E.N. n.º 304 foi altamente beneficiada com a rectificação e pavimentação de toda a extensão que vai desde o rio Caldo até ao local onde se está a construir a barragem de Vilarinho da Furna.

A estrada que dali segue para a Portela do Homem, uma das mais formosas de todo o Parque Nacional do Gerês e deverá ser considerada monumento nacional pois encontra-se, em parte, assente sobre a antiga estrada romana (Geira) que de Braga seguia para Astorga, e conviria portanto ser poupada ao tráfego intenso e alteração do seu interesse paisagístico e histórico que um alargamento aconselhava.

Sugere-se portanto que se construa um novo acesso à Portela do Homem, sobre o coroamento da barragem de Vilarinho da Furna, seguindo pela margem direita do rio Homem e da albufeira que se estenderá até à fronteira.

E assim se consegue, da forma mais económica, corresponder às imperiosas necessidades de defesa das belezas naturais do Parque Nacional da Peneda-Gerês e ao desenvolvimento turístico do Norte e sem prejuízos para ninguém.»

E, de facto, assim era. Naquela época (1970) todos lucravam.

O primeiro traçado pela Bouça da Mó e Albergaria iria inutilizar o pouco que resta da Via Romana entre aquelas duas localidades (entre as milhas XXX e XXXIII).

A estrada aberta pelos florestais tinha causado danos gravíssimos no traçado e nos miliários cujas máquinas arrastaram na sua frente e empurraram para o ribeiro (milha XXXI) e para uma plataforma bastante mais funda (milha XXXII) onde já estavam outros. De qualquer maneira deixou a possibilidade de uma reconstituição parcial, em locais muito sensíveis, o que não é possível ignorar. Nos dias de hoje seria impensável fazer passar por ali uma verdadeira estrada, agravada pelo alargamento.

Também não era viável o traçado da estrada que, partindo de Covide, subisse o Chão de Lamas, fosse até à Junceda e daí rasgasse

o cume da montanha até atingir, nas Portas de Leonte, a estrada Gerês-Fronteira.

Seria abrir uma ferida «incurável» na parte mais sensível do Pé do Cabril e encosta da serra, situação que ninguém aceitaria.

Mas na conclusão da barragem de Vilarinho da Furna e criação do Parque Nacional, há 36 anos, seria perfeitamente aceitável uma estrada que, partindo do coroamento da barragem, atingisse a Albergaria com traçado pela margem direita da albufeira e do rio Homem.

Há cerca de 20 e poucos anos, a Câmara Municipal, por razões ponderosas, abriu uma estrada desde o coroamento da barragem até à povoação de Vilarinho da Furna e toda a gente aplaudiu. Muitos pretensos ecologistas não conheciam a aldeia de Vilarinho da Furna se não se tivesse construído a estrada (é que a EDP nem um carreiro aberto deixou).

Aconteceu que nessa altura (mais de 10 anos depois da construção da albufeira e da criação do Parque Nacional) os montados a nordeste (a seguir) da povoação submersa de Vilarinho haviam-se regenerado e transformado numa promissora mata de carvalhos.

Não seria razoável sacrificar esses valores havendo, de mais a mais, a suspeita de que toda aquela área, a seguir, também se tinha transformado num refúgio da corça.

Nessas circunstâncias, a Câmara Municipal decidiu, à revelia do Parque Nacional (que carecia de legitimidade para o impedir), alcatroar o que faltava na velha estrada da fronteira da Portela do Homem (entre Leonte e Albergaria) e, automaticamente, afirmar que a fronteira se destinava exclusivamente a fins turísticos e desistiu dos planos da nova estrada para todo o tipo de tráfego.

Decorridos todos estes anos, não faz mal nenhum a ninguém conhecer, com algum pormenor, os factos passados, embora mais recentes e menos dignos, referentes aos opositores da abertura per-

manente da fronteira da Portela do Homem e, sobretudo, conhecer, à saciedade, as motivações porque o fizeram.

É sobretudo importante conhecer as posições tomadas a partir do 25 de Abril e nesse ponto entendo que o depoimento mais isento se deve ao Dr. Lopes de Oliveira que tudo acompanhou a par e passo de forma desapaixonada e que tudo narra como se segue em obra publicada há vários anos.

«A ABERTURA DA FRONTEIRA DA PORTELA DO
HOMEM – VELHA ASPIRAÇÃO DO POVO TERRA-
BOURENSE E DESEJADA PELA PRÓPRIA ESPANHA
OPÕE-SE A ESTA LEGÍTIMA ASPIRAÇÃO O PARQUE
NACIONAL PENEDA-GERÊS

Esta de facto uma velha aspiração que ao ror do tempo as populações não só de Terras de Bouro, em particular, mas de toda a extensa área fronteiriça ou sua aproximação, o caso de outros concelhos vizinhos, aguardam. Primeiramente era o tampão da estratégia militar, depois, seguiram-se outras cortinas de empecilhos contrariando o que o povo mais quer e não é só o que se passa do nosso lado, mas também do lado espanhol, pensando no desenvolvimento, no progresso, no bom entendimento entre dois bons vizinhos que querem e desejam ser, por diversos actos já sobejamente manifestados, tanto pela nossa parte como da parte galega. Isso no-lo indica a intensificação destas boas e estreitas relações, o caso da contagem dos marcos (que mais atrás ficou escrito) que é um pretexto de manifestação dessa interligação amiga, e agora ultimamente, neste ano de 1979, foi a segunda vez que se realizou, é a da grande unidade

fraterna dos povos raianos por ocasião do dia consagrado a S. Miguel, bastante venerado nestas paragens (Vilarinho da Furna festejava-o com pompa) e que em tempo teve capela onde ali havia o grande encontro das gentes fronteiriças. O desporto também tem sido motivo de aproximação entre portugueses e galegos e os ranchos folclóricos outro traço de união que muito tem concorrido para o robustecimento dessa feliz unidade que se quer dilatar pelo tempo fora.

Com o Movimento Militar-Popular do “25 de Abril” a fronteira veio de novo à baila, como uma reivindicação justíssima, e mais do que isso como uma necessidade imperiosa e urgente da sua efectivação.

Como dum filme se tratasse aqui deixamos numa espécie de imagens o currículo deste desbobinar de factos dados em obediência cronológica: de Maio a Outubro de 1975 pela vez primeira foi franqueada publicamente a fronteira Portela do Homem. Do lado português há um pequeno quartel da Guarda-Fiscal, sob o comando de um sargento e ao lado oposto encontra-se um inestético barraco de madeira, vergonhoso, funcionado como departamento oficial e aduaneiro. Do lado espanhol as instalações são decentes e agradáveis à vista. Se bem que a abertura desta fronteira e de outras seja do âmbito governamental é interessante relatar as posições de cada interveniente para talvez o leitor chegar a alguma conclusão ou pelo contrário ficar a conjecturar uma leitura subjectiva que pudesse justificar esta não-abertura definitiva (como todos pretendem, com excepção de uma) que esteja a manobrar em bastidores.

Comecemos então:

O Comando-Geral da Guarda-Fiscal não vê inconveniente, disse-o à edilidade de Terras de Bouro (15-IV-1976).

Um dos argumentos de força que é utilizado pelas forças vivas bracarenses (portanto caso distrital) é a do encurtamento, em algumas dezenas de quilómetros, a viagem dos nossos emigrantes nos países para além dos Pirinéus, e também necessariamente daria lugar a uma mais fácil ligação entre as duas cidades capitais de província – Braga e Orense – argumento este de grande peso, que permite à municipalidade terrabourense desenvolver acção persistente para institucionalizar a abertura da fronteira em causa, promovendo para isso vários e frutuosa entre os Governadores Civis de Braga e de Orense, e movimentando até a própria Assembleia Distrital de Braga para a elaboração de um ante-projecto dum edificio para serviço da fronteira de carácter definitivo e monumental.

Nos constantes ofícios que engrossam este volumoso dossier, enviados ao Governador Civil, salientamos aqui, este por exemplo, datado de 13-I-1977, de que salientamos alguns períodos do mesmo: “Desde há muito que as populações do concelho de Terras de Bouro e na generalidade as do distrito de Braga aspiram e lutam pela abertura permanente da fronteira no conhecimento de que daí adviriam vantagens acentuadas nos campos económico-social. Mercê dessa persistência, têm as populações em causa visto parcialmente satisfeita tão antiga aspiração na medida em que, durante uma parte do ano e também por ocasião das festas populares com significado para as populações raianas, essa fronteira tem sido periodicamente, ponto de passagem certo, fácil e conveniente para estrangeiros que nos visitam e emigrantes que vêm (ou) regressam de férias. Referir e demonstrar as vantagens de intercâmbio decorrente da abertura da fronteira da Portela do Homem será ocioso, quer

porque as mesmas são de evidência meridiana, quer porque já em exposições e ofícios anteriores foram expostas e demonstradas junto dos diversos departamentos governamentais que poderiam (podem) ter uma intervenção decisiva sobre os melhores encaminhamentos deste assunto. O único e grande argumento resulta dos eventuais danos que a abertura poderia significar para o Parque Nacional da Peneda-Gerês sobretudo, porque, dizem, é de recear a degradação bio-cultural daquela região”. Noutro ofício, também para esta mesma entidade, datado de 1-II-1977 (portanto um mês depois) se pode ler estes períodos, que podem complementar os anteriores, e que anunciava que o presidente da Municipalidade de Terras de Bouro tinha-se encontrado na fronteira com o alcaide de Lóbios que lhe manifestou todo o seu grande interesse por banda das autoridades espanholas na abertura permanente da fronteira que era de uma grande conveniência para os interesses económicos e sociais dos dois países, e seria a única possível a instalar no Baixo Minho, em virtude dos aproveitamentos hidrográficos a construir na bacia do Lima. Disse do benefício que advém para toda aquela região e em especial para os povos de Lima, Bajã, Bande, Celanova e Orense, que particularmente oferece a abertura da fronteira da Portela do Homem”. E, num ofício, enviado por aquela entidade espanhola, datado de 9-II-1977, solicitava dos órgãos competentes que aquela fronteira da Portela do Homem tivesse carácter permanente.

Outra posição, esta na Assembleia da República, tomada pelo Dr. Marques Mendes, na sessão de 30-II-1977, que verberou a favor da fronteira aberta permanentemente.

Ultimamente, em 8-X-1979, em reunião da Assembleia Distrital de Braga foi determinado a deslocação a Lisboa de uma delegação representativa daquela Assembleia para conversações com o Primeiro-Ministro, Eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo para que se proceda à abertura permanente da fronteira seja imediata e definitiva. Aliás nesta linha de força de pensamento estão as palavras proferidas pelo General Ramalho Eanes, na visita que fez a França (7 a 11-X-1979) ao falar aos nossos emigrantes, em La Villete, subúrbios de Paris, anunciando-lhes que iriam ser superadas as dificuldades fronteiriças (referia-se naturalmente às nossas fronteiras) e que já no Natal próximo, os emigrantes pudessem passá-las a qualquer hora do dia ou da noite. Certamente que envolveu nesta peremptória decisão incluir outra, que é da abertura de outras portas com o exterior, entre elas a que se refere à da Portela do Homem. Também aqui queremos recordar as palavras oportunas ditas por D. António Gomes Rodolfo, presidente da Edilidade de Salamanca, aquando da “Semana de Portugal”, naquela urbe espanhola (4 a 9-IX-1979) em que afirmou, em alto e bom som, que as relações hispano-lusitanas não deveriam limitar-se apenas e unicamente ao intercâmbio cultural, mas sim, dimensionar os aspectos económicos e sociais, pronunciando-se a favor de um substancial aumento de postos fronteiriços de ambos os países ibéricos.

Outra voz interveniente neste processo é a dos emigrantes (grandes beneficiários desse empreendimento) veementemente feita em muitas circunstâncias (enumeramos apenas duas 10-VII-1978 e 1-VI-1979), sem que a sua voz encontre aquele eco desejado. “Nós emigrantes queremos relembrar às autoridades competentes que a popu-

lação do distrito de Braga e concelho de Terras de Bouro se encontra desesperadamente descontente com o proceder da Ex.^{ma} Direcção do Parque do Gerês”. E mais adiante os nossos emigrantes escreveriam: “por bem e não à violência... se a fronteira não for aberta definitivamente o Parque também deixará de ser Parque”. E, por último eles acentuariam: “Se a fronteira da Portela do Homem fosse votada... temos a certeza de que a fronteira obtinha votos além dos 80%. E a parte menos votada é sempre vencida, senhor Governador Civil”.

Este texto veio procedente da Alemanha, com 64 assinaturas e foi remetido por Paulo Neves Pires e Emigrantes Unidos. O Governador Civil logo exarou um despacho apoiando as justas reivindicações daqueles e levando o assunto ao conhecimento pessoal do secretário de Estado do Fomento Agrário (despacho este que tem a data de 29-V-1975).

Agora a única posição negativa deste diferendo, é a voz discordante do Parque Nacional da Peneda-Gerês: em conferência de imprensa efectivada em Braga, a 3-V-1979, dos chamados “Amigos do Parque” abordou-se o “caso da fronteira” dizendo eles que a Associação não tem qualquer posição formada, mas no entanto a posição individual ouvida é “de um falso problema”, ou de “um problema de amanhã”, ou ainda de “A porta aberta da fronteira pode destruir a atracção do Parque”, entre muitas outras frases de igual teor, porém sem conteúdo possante de opinião válida dentro dos parâmetros da razão daquelas frases e pensamentos soltos.

Por último transcrevemos um artigo do Dr. Manuel Antunes Lomba publicado no “Diário de Minho”, de

18-IV-1979, intitulado “Portela do Homem em Questão”, que nos parece bastante elucidativo para a justa causa da abertura da fronteira, a única porta para o exterior do distrito de Braga, e que completará e finalizará este capítulo para a história dum Concelho:

“Diariamente somos surpreendidos pelo tonitroar guerreiro de vozes que se dizem defensoras íntegras dos mais legítimos e justos interesses e direitos. Mas, infelizmente, esses interesses e direitos nem sempre são legítimos e justos; e, quando o são, os meios de defesa utilizados carecem, por vezes, de um mínimo de valoração ética e social que dignifique os *combatentes* e justifique a *guerra...*”.

Na última sessão, a Assembleia Distrital de Viana do Castelo aprovou uma proposta das Câmaras Municipais de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Melgaço em que era exigido o encerramento da fronteira na Portela do Homem com apoio na fundamentação que, resumidamente, se passa a enumerar:

- Os Municípios autores da proposta são «proprietários» de metade da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês;
- O posto fronteiriço da Portela do Homem perturba a salvaguarda da fauna, da flora e do património cultural dos povos que habitam na área desse Parque;
- Em 1977, três Secretários de Estado (Ambiente, Florestas e Turismo) reconheceram explicitamente que a abertura da fronteira na Portela do Homem seria factor de perturbação de todo este magnífico património natural e cultural.

Esta argumentação “esclarecedora” (tanto em si mesma como pelo que omite ou sugere nas estrelinhas) merece uma análise criteriosa tendo em vista situar devidamente

a questão e permitir, depois o “arejamento” correcto dos motivos subjacentes a tão curiosa ganga e roupagem pseudo-científica.

O distrito de Viana do Castelo, ao longo da sua fronteira com a Galiza, possui, hoje em dia, os seguintes postos fronteiriços: Valença do Minho, Caminha, Monção e S. Gregório (Melgaço). Somente quatro...

Em contrapartida, no distrito de Braga, só na Portela do Homem é possível o estabelecimento de um posto fronteiriço que permita o acesso ao vasto “interland” orensano! E não é despicienda esta ligação. A sua existência tem reflexos sociais, económicos e culturais apreciáveis de um e outro lado da fronteira. Ouçam-se as populações de Terras de Bouro, de Vieira do Minho, de Amares, de Lóbios, de Bande, de Cellenova e, em geral de todo o distrito de Braga e da província espanhola de Orense; auscultem-se os emigrantes que, pela Portela do Homem entram a visitar pais, esposas e filhos e partem, depois roídos já de saudade a procurar na França, na Alemanha, na Holanda ou no Luxemburgo, o pão e a casa, a educação e o bem-estar dos que aqui são a razão de ser dos sacrifícios que lá suportam esperançados em melhores dias – e talvez se convenha em que, apesar de tudo, a abertura desta fronteira foi uma “conquista de Abril” que valeu a pena!

Aliás é fantasioso o argumento de que a sua existência perturba a fauna, a flora e (pasmem-se!) a cultura das populações locais. Desde logo, porque é possível estabelecer e (ou) condicionar-lhe os acessos em termos tais que essa perturbação (que os preponentes afirmam mas não demonstram) será de todo inexistente. Depois, porque os terrabourenses não se aceitam ou assumem como “índios” bonzi-

nhos mas ignorantes que urge proteger dos “malefícios” da civilização contemporânea! Cientes dos valores do património natural, arqueológico, histórico e cultural do meio em que vivem, pretendem preservá-lo, é certo, mas sem que isso possa significar ou exigir a perda dos benefícios e do bem-estar físico e espiritual decorrente do progresso geral da Humanidade; sem que, em suma, se vejam objecto de acções paternalistas de conteúdo e natureza obscurantistas!

Desde há alguns anos, junto da Direcção do Parque da Peneda-Gerês e do Governo Central, as populações terra-bourenses, primeiro, e as do distrito de Braga, depois, vêm, por isso, a proclamar a coexistência necessária e útil e a complementaridade entre o Parque e a Portela do Homem.

É certo que, em 1977, três secretários de Estado do 1.º Governo Constitucional visitaram o Gerês e junto das populações e dos seus legítimos representantes auscultaram anseios, discutiram medidas, dialogaram francamente. Mas dizer-se que explicitaram uma orientação será ir longe de mais, até porque os autores da proposta não estavam presentes e não foi produzido qualquer documento que habilite quem quer que seja a afirmação tão categórica. No comer, no falar e no escrever são sempre saudáveis muita prudência e alguma moderação...

Mas também o que a proposta omite e o que sugere nas entrelinhas É, por si só, bem esclarecedor!

A proposta omite que os autores pretendem o encerramento da fronteira na Portela do Homem para, depois, conseguirem abrir o posto fronteiriço da Madalena; o que é legítimo e justo desde que, é evidente, não se pretenda consegui-lo pelo sacrifício das aspirações (legítimas e justas também) de populações vizinhas e irmãs... Silenciar

o número de postos fronteiriços existentes no Distrito de Viana do Castelo (quatro). “Esquece-se” de que as autoridades espanholas têm, repetidamente, insistido na abertura da Portela do Homem e não dizem que o posto da Madalena também fica dentro do Parque Nacional!

Será que a perturbação da fauna, da flora e da cultura das populações locais só preocupa os seus autores no que se refere à Portela do Homem onde, aliás, unicamente vivem os soldados da Guarda Fiscal ali destacada?

A abertura de mais um posto fronteiriço no distrito de Viana do Castelo é questão que, em princípio, diz exclusivamente respeito aos nossos vizinhos e amigos ali residentes. Mas intentar consegui-lo exigindo o encerramento da Portela do Homem significa, quanto a mim, a adopção de métodos que em nada dignificam quem os propõe ou utiliza. Na intenção, será maquiavélico; mas não é nada, mesmo nada, inteligente!».

Os factos aqui narrados pelo Dr. Lopes de Oliveira e referentes a 3 presidentes de câmaras municipais que também procuraram, por todos os meios, impedir a abertura permanente da fronteira da Portela do Homem, violaram todas as regras (e até o mínimo ético) de relacionamento de municípios e, por um certo pudor e respeito pela tradição, não foram, naquela altura, objecto duma adequada denúncia pública por parte do Município de Terras de Bouro. Era, de facto, uma posição escandalosa.

E isto porque Terras de Bouro sempre defendeu e praticou as regras da verdade, da frontalidade e da cordialidade na solução de eventuais diferendos com outros municípios. Nunca foi, não é e penso que nunca será capaz de participar numa iniciativa desta natureza.

Acontece que esses presidentes de câmaras municipais em vez de reflectirem sobre a leviandade e injustiça dos procedimentos anteriores, obtiveram a parceria de um outro presidente de Câmara Municipal e procuram envolver os Governadores Cívicos dos três Distritos (Braga, Viana do Castelo e Vila Real) e da comissão de coordenação da Região Norte na sua «cruzada» para o encerramento da fronteira da Portela do Homem.

Para o efeito, aproveitaram o Dia Mundial do Ambiente de 6 de Junho de 1981 e, assinando um documento com uma argumentação digna dos «ecologistas» que os comandavam, procuram culpar, mais uma vez, a abertura da fronteira da Portela do Homem pelos males que padecia já naquela altura o Parque Nacional.

Não tiveram porém a coragem de convidar o presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, mas, de forma algo infantil e acintosamente, enviaram para o Município de Terras de Bouro uma carta destinada a um jornal inexistente na esperança, bem fundada, de que iria parar à câmara municipal o que, de facto, aconteceu.

O presidente da Câmara Municipal, o não convidado indesejável, que deu sempre a cara pelas causas do município mesmo nas situações mais inesperadas esteve lá, na Comissão de Coordenação da Região Norte, na hora marcada, para cumprir, e cumpriu, com todo o vigor, um compromisso assumido com os seus munícipes e com a sua consciência: defender os interesses legítimos de Terras de Bouro em qualquer lado e em quaisquer circunstâncias.

É claro que a partir do momento em que até as câmaras municipais vizinhas perderam o pudor e se deixaram instrumentalizar por pessoas sem escrúpulos, a guerra contra a abertura permanente da fronteira da Portela do Homem perdeu dignidade e uma das principais vítimas dessa falta de escrúpulos e de respeito pelo mínimo ético foi, indubitavelmente, o presidente da Câmara Municipal de



2

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Ex.º Senhor,

Director do Jornal de

TERRAS DE BOURG

As Câmaras Municipais dos concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre e Ponte da Barca têm vindo a sentir-se gradualmente preocupadas com as notícias vindas a público sobre a degradação de que o Parque Nacional da Peneda-Gerês tem sido vítima por parte da Administração Pública em geral e, particularmente, pela anunciada abertura de uma fronteira no local da Terreira do Homem, no concelho de Terras de Bourg.

Sendo certo que a área física e humana do Parque Nacional da Peneda-Gerês é preenchida em cerca de 80% por território abrangido por aqueles referidos quatro concelhos, sentem os respectivos responsáveis o peso da obrigação de zelar pela conservação deste inigualável património natural e cultural, defendendo-o de actos de irresponsabilidade por parte de quem também tem o dever de o preservar.

Para o efeito, Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre e Ponte da Barca levarão os seus presidentes das Câmaras ao Porto no já próximo dia 26 de Junho, sexta-feira, onde, pelas 16 horas, darão uma conferência de imprensa sobre o momentoso tema.

Conta-se igualmente com a presença dos Senhores Governadores Cívicos de Viana do Castelo, Braga e Vila Real e outras Autoridades.

É para este efeito que, em nome das referidas quatro Autarquias, tenho a honra de convidar o Órgão de Comunicação Social que V. Ex.ª superiormente representa.

A reunião efectuar-se-á na Comissão de Coordenação da Região Norte, na Rua Rainha D. Estefânia, 251 (ao Campo Alegre), no Porto, onde há lugar para estacionamento de viaturas e onde serão servidos refrescos.



S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Na expectativa do melhor acolhimento para o presente convite
~~pedido, dado o interesse nacional de que o assunto se revista, subscrevo em~~
com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

(Joaquim Carlos da Cunha Cerqueira)
médico



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

A C T A

Em 6 de Junho de 1981 (Dia Mundial do Ambiente), reuniram em Arcos de Valdevez os presidentes das Câmaras Municipais de Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, que sobre a situação actual do PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERES chegaram às seguintes

CONCLUSÕES:

BASE I - Considera-se imprescindível que seja finalmente definido um estatuto legal para o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), tratando-se este, como se trata, de uma realidade nacional, com interesses culturais alargado não só às localidades em que se insere, mas também a nível mundial.

BASE II - Deverá ser estritamente considerada a protecção legal, com regulamentação rigorosa, do parque nacional propriamente dito, isto é, reservas integrais e reservas naturais.

BASE III - Deverá ser considerada a realidade de humana dentro do Parque Nacional da Peneda-Gerês, nas zonas de pré-parque, e, neste sentido, proporcionar-se-á um estatuto legal de protecção, criando regimes de excepção compensatórios das limitações que eventualmente possam ter de ser estatuídas, mas sempre de modo explícito e por força da lei. Toda a acção a desenvolver em defesa do PNPG deverá conduzir prioritariamente à promoção das populações residentes, numa perspectiva socio-económica.

.../2



Handwritten signature or initials in the top right corner.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

2

BASE IV - Deverão ser criados expedientes de defesa do ambiente em geral, da paisagem e tradições, tudo sem prejuízo do bem-estar e progresso social das populações residentes no PNPG. Para o efeito, há que criar meios alternativos de compensação para as limitações que hajam de compreensivelmente ser impostas às populações. Cita-se, como exemplo, o problema da habitação, numa perspectiva de genuinidade e garantia da paisagem tradicional, sendo certo, como é, que a arquitectura tem sofrido adulterações e agravos que a ninguém aproveitam, tal o caso dos estilos e das cores. Como tal, há que promover meios legais de compensar os munícipes pelos encargos a que tenham de se sujeitar, quer por alterações de projectos, quer pela aceitação de projectos-tipo a serem oferecidos pelas autarquias.

BASE V - Devem ser criados meios legais de defesa e preservação de toda a cultura local, desde o património físico aos costumes e outras tradições, tudo compatibilizado com o progresso e bem-estar das populações.

BASE VI - Devem ser desde já estabelecidos os limites permitidos para o exercício de movimentação de visitantes dentro do Parque Nacional da Peneda-Gerês, ou seja, explicitar à partida os meios turísticos disponíveis.

EM RESUMO:

1. Criar lei para o Parque Nacional da Peneda-Gerês;
2. que esta lei contemple a realidade humana no PNPG;

.../3



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVIZ

3

3. explicitar, desde já, as limitações para os residentes;

4. neste caso, explicitar, ao mesmo tempo, as compensações de que hão-de beneficiar os residentes; e

5. marcar também os limites para o exercício e promoção do turismo no PNPG (no parque nacional propriamente dito e no pré-parque).

EM FACE DO EXPOSTO, os signatários, representando as Câmaras Municipais de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Melgaço e Montalegre - cujos concelhos abrangem cerca de 80% da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês e 90% da população - não podem deixar de desde já aqui exarar as seguintes

PREOCUPAÇÕES:

A. Não é possível preservar o Parque Nacional da Peneda-Gerês sem que exista uma adequada lei orgânica e regulamentar para o mesmo, de modo a que as autarquias, legítimas representantes das populações, possam em consciência sentir-se responsabilizadas pelo seu integral e contínuo cumprimento.

B. A abertura definitiva e permanente da fronteira no local da Portela do Homem, nos termos em que foi anunciada, é um exemplo típico de um meio de degradação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, pondo em perigo a sua existência, pelo que não pode ser aceite, nomeadamente a revelia da auscultação da maioria dos residentes no PNPG, através dos seus legítimos representantes. É que o Parque Nacional da Peneda-Gerês é toda uma extensa rea-



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Lidade física e uma verdade humana e correspondente acervo cultural, que vai desde terras de Melgaço até Montalegre, passando por Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e também Terras de Bouro.

Arcos de Valdevez, 6 de Junho de 1981

O Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez,

[Handwritten signature]

O Presidente da Câmara Municipal de Melgaço,

[Handwritten signature]

O Presidente da Câmara Municipal de Montalegre,

[Handwritten signature]

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca,

[Handwritten signature]

Terras de Bouro entendeu nunca deixar que a gente da sua terra se envolvesse na contenda e provocasse desmandos (havia alguns, mais assanhados, que diziam que, se os deixassem, tudo se resolveria com uma caixa de fósforos).

Havia, assim, que tomar a atitude que, a cada momento, parecia a mais adequada e eficaz. E isso não se consegue com pessoas revoltadas.

A serra do Gerês e a Portela do Homem eram demandadas por contestatários de boa fé, por pessoas sem escrúpulos e por gente prepotente que pensava intimidar um modesto autarca, nascido e criado nestas serranias onde as possibilidades de algum sucesso são muito escassas mas onde as pessoas, geradas no meio de carências de toda a ordem, são como os grãos semeados em terrenos áridos: fazem as raízes descenderem às profundidades da terra e depois não há vento que as faça tombar.

Isso teria de acontecer também com um modesto autarca, farelo do mesmo saco desta gente, que, face à possibilidade de ser útil àqueles que percorreram o íngreme e difícil carreiro dum juventude a quem não é dada a menor oportunidade, não hesitou em encerrar o seu escritório de advogado e aceitar a modesta retribuição dum pedreiro desqualificado para, guiado apenas por um sentimento muito profundo do dever (e nunca do poder), fazer tudo o que estivesse ao seu alcance pela sua terra e, sobretudo, exigir respeito pela gente simples que também tem direito a caprichos e a ideais.

Desde o momento em que esse terrabourense assumiu a presidência da Câmara Municipal poucos foram os dias em que não teve de, por qualquer razão, gastar muito do seu tempo com a defesa da fronteira da Portela do Homem.

É que, desde a tibieza dos governantes ao lado dos quais lutou para que lhes fosse conferido, não um certo tipo de poder, mas, como era de esperar, uma nítida e inconfundível noção do dever de fazer

justiça, passando por autarcas vizinhos de quem se espera solidariedade, e por grupos e grupelhos de pretensos ecologistas iluminados por uma ambição indizível, tudo foi necessário enfrentar e o inesperado acontecia a toda a hora.

Durante muitos e muitos anos existiu na fronteira da Portela do Homem apenas umas modestas instalações para a Guarda Fiscal que, mais tarde, foram complementadas com um pequeno bairro residencial junto do Curral de S. Miguel.

Após o 25 de Abril, e na sequência dos compromissos assumidos pelo fundador do Parque Nacional, Eng. Lagrifa Mendes, foi instalado, de forma precária, um pequeno pavilhão de madeira corroída cedido pela EDP. Era tal o seu estado que, numa noite de invernia, até ficou sem porta. Tratava-se da *pomposa* alfândega da fronteira.

Estava ali bem patenteada uma forma indigna de representar o País já que, como foi dito, a Espanha dispunha de modelares instalações alfandegárias. Qualquer pessoa se sentiria vexada com esta situação (até mesmo os «combatentes» do encerramento da fronteira).

Uma das primeiras preocupações da Câmara Municipal foi pôr termo a esta verdadeira humilhação. É que, de facto, era bem preferível nem falar sequer da fronteira a assumir o espectáculo de entrar num País através dum visto obtido dentro dum barracão degradado. Nem na velha cortina de ferro se encontrava coisa tão humilhante.

Pois, para construir a modesta alfândega da Portela do Homem, foi necessário, montar vigilância porque os fanáticos (recrutados por alguém), sectários do Parque Nacional e dos falados «Amigos» ameaçavam fazer explodir o edifício que ali nascia.

Foi necessário fazer deslocar brigadas para percorrer a estrada da fronteira porque, frequentemente, abriam galgueiras para impedirem a passagem de viaturas.

Tudo isto se passava com a complacência do Parque Nacional ou porque se sentia conivente ou porque não se sentia com autoridade para intervir porque quase havia a certeza de serem actos instigados pelos chamados «Amigos» do Parque Nacional que, naquela altura, davam ordens à direcção do Parque Nacional a quem pretenderam substituir (até os lugares já estavam distribuídos mas, aparentemente, nada se passava).

Naquela altura, associações de ecologistas, reais e aparentes, eram como cogumelos e quase sempre apareciam com a cobertura da comunicação social e todos competiam entre si no exagero. Até mesmo jovens sociais-democratas e de todos os outros partidos políticos competiram em tomadas de posição extremas que, por isso mesmo, perdiam todas as hipóteses de credibilidade.

A própria Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, em que mais se sentia a necessidade de abertura permanente da fronteira, tomou posição a favor do encerramento da fronteira.

Mais escandalosa ainda foi a tomada de posição da Comissão Regional de Turismo daquela época verdadeiramente «negra» (sedeada em Braga) que pretendeu apregoar a todos os ventos a sua oposição à abertura da Portela do Homem só porque o presidente da Câmara Municipal teve de tomar uma posição severa face à desonestidade criminosa daquela comissão em termos de gestão e de atitudes altamente lesivas do turismo do Gerês e, sobretudo, dos seus estabelecimentos hoteleiros.

Não é fácil, nem seria adequado, retratar aqui o comportamento de alguns governantes de «segunda» que ficaram prisioneiros das teias que o poder tece e que só estrebucham em certo sentido, que são capazes de fazer alguma coisa e de satisfazer os desígnios de clientelas que enxameiam as alcatifas do poder e, por cobardia, assinam papéis que lhe põem à frente e representam verdadeiras traições ao povo simples que os elegeu e pensa que se trata de gente séria em quem se pode confiar.

Os presidentes das Câmaras Municipais, os membros da Assembleia Distrital e os Governadores Cívicos dessa época tiveram a possibilidade de provar o sabor dessa traição e de se associarem, por um sentimento de forte e sincera solidariedade, à angústia de quem estava na primeira linha, quase sozinho, para que fosse respeitado o desejo genuíno e séculos de história de um povo simples, que pode ser irrequieto, mas é paciente e reconhecido a todos os que o sabem respeitar.

Era esse o verdadeiro suporte numa luta que nunca, em circunstância alguma, conheceria a derrota porque nunca seriam capazes de vergar perante a injustiça e talvez fossem capazes de, em último recurso, recorrer à violência.

O próprio presidente da Câmara Municipal que, pelas inúmeras necessidades numa vida que foi escola permanente de contenção e tolerância, sentiu muitas vezes não ser capaz de subir na luta o patamar que, afinal, todos tinham o direito de esperar dele.

Há porém situações em que, por maior que seja o esforço, as pessoas não conseguem superar-se e são vítimas das suas limitações e fragilidades.

E isso aconteceu com o presidente da Câmara Municipal em situações limite.

Como foi dito, a nossa região foi invadida, durante bastante tempo, por grupos estranhos que se afirmavam amantes da natureza e obtinham, pelo menos, a complacência do Parque e, por vezes, o apoio dos seus funcionários para desmandos de toda a ordem.

A casa da guarda de Palheiros e outras casas florestais tornaram-se verdadeiros antros de consumo de droga e outras orgias a que se esperava que o Parque Nacional pusesse cobro. A Câmara Municipal só podia, dentro do seu âmbito, recolher, em certas alturas, esses farrapos humanos e enviá-los para a cidade.

Pois esse grupos, com a cumplicidade do Parque Nacional, nos intervalos dos desmandos, levavam a efeito reuniões para que era convidado o presidente da Câmara e provocado até ao limite (o presidente da Câmara reagia com toda a espontaneidade à provocação, como foi sempre seu timbre e parece que a gente do Parque Nacional apreciava muito o programa).

Mas os deslizes e as afrontas vinham de quem tinha obrigação, pela sua responsabilidade, de ter outra postura.

Uma das organizações de ambientalistas mais antigas e com maior responsabilidade é a Liga para a Protecção da Natureza.

Pois esta organização, depois de tudo o que havia sido divulgado pela comunicação social, acordou estremunhada e, sem qualquer aferição com a realidade, terá condenado, sem julgamento prévio, o presidente da Câmara Municipal e entendeu vir por aí acima e dar-lhe dois açoites para meter esse «*anãozinho político*» na ordem.

Solicitaram uma audiência mas, como o nome que a assinou pareceu suspeito de se tratar duma provocação, não houve resposta.

Um belo dia batem à porta do gabinete do presidente da Câmara Municipal. Aberta, de imediato, a porta do minúsculo gabinete, há uma mão que se estende e apresenta-se um professor catedrático que, por sua vez, apresenta mais três professores.

Convidados a entrar, começaram por ironizar sobre uma fotografia duma prova de vela na albufeira de Vilarinho da Furna que, para eles, representaria uma prova de mau gosto própria dos «*rústicos*».

De seguida passaram a falar da fronteira, da Via Romana, dos miliários e das *ilegalidades ou até crimes* praticados pelo presidente da Câmara Municipal que, até ali, se manteve em expectante silêncio.

Foi-lhes então solicitada a informação sobre a formação académica e confirmado tratar-se de biologia ou coisa semelhante.

Perante isso não houve mais tempo e, muito menos, calma porque, face à sobrançeria em relação ao «rústico», foi entendido que a gente simples e os seus representantes *não* podem ser enxovalhados de forma gratuita.

E a fragilidade (uma de entre muitas) veio à tona.

Foi-lhes dito que quem representava a Câmara Municipal não estava disposto a que os homens da biologia viessem ensinar alguma coisa referente a ilegalidades ou crimes a alguém que tinha um curso superior da especialidade e sem dever muita coisa aos catedráticos.

A conversa terminou mesmo ali e os disparates também.

Por isso, há que confessá-lo: nem tudo foi motivo de orgulho.

Mas, durante tantos anos a lutar com a impertinência daqueles que pouco ou nada sabiam sobre o assunto e lhes sobrava tempo e ambição mais que suficientes para tentar esmagar quem apenas se limitava a defender uma causa que justificou uma luta e muitos sacrifícios dum povo ao longo de séculos, talvez sirvam de atenuantes às insuficiências que não puderam ser evitadas.

Por uma questão de pudor não se fará aqui referência directa à postura de alguns directores do Parque Nacional.

A comunicação social da época fez eco de muitas decisões erradas que conduziram o Parque Nacional à situação actual que se traduz numa fatalidade que destruiu o sonho do seu fundador e da gente simples de Terras de Bouro.

Os problemas levantados contra a abertura permanente da fronteira da Portela do Homem veio a resolver-se por si próprio, na sequência de decisões internacionais.

Ganharam, evidentemente, aqueles que lutaram contra a existência duma barreira naquele local e, como disse o Eng. Lagrifa Mendes sobre outra terra: «*todos lucraram*» e não houve prejuízo para o Parque Nacional cujo corredor de acesso à fronteira é hoje uma das áreas mais preservadas apesar da pressão humana de Verão que pode ser contida.

Mas não desejo ir por aí.

Não que a gestão do Parque Nacional não mereça ser zurzida permanentemente, e desde sempre, pela fuga à responsabilidade, pelo desinteresse, pela hipocrisia, por esta tentativa de poluir a verdade, pela falta de convicções, por uma certa alergia a tudo o que é bravio, insubmisso, indomável. Por tudo isto que não dá tempo para conhecer e gostar.

Há excepções honrosas nessas trincheiras que nos impõem o comedimento. Todos vimos um antigo colaborador do Parque Nacional com as lágrimas nos olhos face a um autêntico desastre provocado por um incêndio que destruiu um trecho único da floresta. Isso basta para impor um comovido silêncio.

E também é imensamente agradável ouvir da boca dum colaborador do Parque Nacional esta expressão: «era tanta a beleza que se estendia diante de mim e ainda me pagavam para a fruir».

Foi isto que todos nós sonhamos quando nos anunciaram a criação do Parque Nacional. Esperávamos e ansiávamos a companhia de muitos com que partilharíamos, talvez, momentos de desespero mas seria interessante partilhar a beleza e o deslumbramento da nossa terra com aqueles a quem pagam para a proteger e valorizar.

Uma coisa é certa: enquanto tivermos um sopro de vida não cruzaremos os braços estando em causa a defesa dos interesses legítimos da nossa gente e não permitiremos que apareçam uns improvisados responsáveis do Parque Nacional a dizer que *«vegetou durante dezenas de anos e que não sobreviverá como Parque Nacional»* e, logo de seguida, aparecerem outros a dizerem que teremos um dos Parques Nacionais melhores do mundo.

Basta de fantasia porque chegou a hora de tomar isto a sério.

Se não se sentem capazes de dar corpo a um projecto de 1971, basta que prevaleça a honestidade e nos permitam assumir, em toda a plenitude, o destino do património que sempre nos pertenceu.

A Câmara Municipal que, nos últimos anos, assumiu a responsabilidade do Município, já deu provas de ser capaz, não só de curar feridas antigas, mas realçar um esforço de colaboração, persistência e tolerância capaz de criar condições para que o sonho ainda seja possível.

Se lhe for restituído o poder de assumir a gestão do seu território, até poderá, finalmente, começar a dar corpo a um projecto que entrou em descrédito há mais de 30 anos.

Com a economia de meios que daí facilmente resulta ninguém necessita nem estará sujeito a mais frustrações e talvez o milagre aconteça e o Parque Nacional consiga sobreviver.

Com a política que está a ser seguida é que não iremos a parte nenhuma.

Não bastará nomear para a direcção homens de bem. São precisos meios.

A demagogia pode colher alguns frutos nos corredores do poder com a cumplicidade da comunicação social mas não junto do homem rude cujos livros são a natureza, aberta e lida diariamente e onde não há fantasias nem lugar a promessas repetidamente falhadas.

Ali só pode haver verdadeiros compromissos e só enquanto forem integralmente respeitados.

É preciso interpretar os sinais e saber ler nos olhos tristes da gente simples destas serranias o momento em que a esperança desapareceu.

É que depois não haverá mais nada a fazer.

*

A Assembleia Municipal do Distrito de Braga, o Governador Civil e todas as Câmaras Municipais sempre exigiram do Governo a abertura permanente da Fronteira da Portela do Homem.



Câmara Municipal de Terras de Bouro

20. OUTUBRO. 1986

Senhor Primeiro Ministro

Excelência

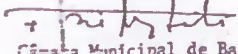
Em Setembro de 1980, o Governo, acolhendo uma re-
de solicitação dos municípios do Distrito de Braga, ordenou a abertura def-
tiva da Fronteira da Portela do Euzem, para fins turísticos, nos períodos
1 de Março a 31 de Outubro e de 15 de Dezembro a 15 de Janeiro.

E estipulou que a abertura permanente se efectua-
logo que fosse construído um posto fronteiriço e aberta uma melhor via de
sa.

Tendo o Município de Terras de Bouro construído
modelar posto de fronteira e pavimentado a estrada de acesso por forma a re-
as condições indispensáveis, solicitamos a Vossa Excelência se digne ordenar
a abertura permanente daquela Fronteira.

Apresentamos a Vossa Excelência os mais respeito-
cumprimentos.

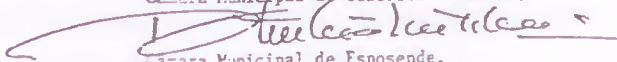
Câmara Municipal de Amares,

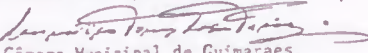
+ 
Câmara Municipal de Barcelos,


Câmara Municipal de Braga,


Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto,


Câmara Municipal de Celorico de Basto,


Câmara Municipal de Esposende,


Câmara Municipal de Guimarães,


Câmara Municipal de Fafe.

Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso,

[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Terras de Bouro,

José António de Araújo

Câmara Municipal de Vieira do Altopo,

José António de Araújo

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Ramiro de Sá

Câmara Municipal de Vila Verde,

António Lemos

